

O objetivo desta pesquisa é analisar como atividades extralegais podem fazer parte do processo de concentração de renda tendo como exemplo as estratégias relacionadas ao mercado imobiliário. Grupos poderosos são capazes de burlar os mecanismos de controle público e o fisco e, também, as regras da concorrência capitalista. Dois questionamentos precedem à apropriação empírica: esta temática diz respeito às Ciências Sociais? Qual a natureza da relação entre expedientes ilegais e desigualdades socioeconômicas? As respostas delineadas até agora apontam para uma necessária crítica ao pensamento social que prioriza o “pólo pobreza” sem considerar a estrutura social como um todo ignorando, especialmente, a composição das classes abastadas e suas estratégias de reprodução econômica. Esta crítica leva a ampliar o foco de análise para os diversos expedientes utilizados pelos setores dominantes para consolidarem seus patrimônios e ampliarem a legitimidade das posições sociais. Fatos relacionados ao mercado imobiliário permitem ilustrar como transações especiais envolvendo grandes projetos podem indicar lavagem de dinheiro em montantes expressivos. Mais importante ainda, essas transações concernem empresas e indivíduos de projeção social que conseguem se subtrair às regras e aos impostos que atingem o restante da população e as empresas menores. O “efeito de poder” pode assegurar impunidade e encobrimento de dimensões específicas do processo de concentração de renda no País.